

Revisitando Manuel Correia de Andrade: a pecuária na formação da estrutura socioeconômica do sertão nordestino

Rafael Aubert de Araújo Barros¹

Luiz Eduardo Simões de Souza²

Resumo:

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto à formação da economia do sertão nordestino, com ênfase na pecuária na construção da sociedade sertaneja, e de sua relação com o centro de poder político desde suas origens.

Palavras-chave: Formação Econômica do Brasil, Nordeste, Manuel Correia de Andrade, Pecuária.

1 Economista e Mestrando em Economia, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2 Doutor em História Econômica, Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF – GV).

1. Introdução

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste, sempre levando em consideração as questões climáticas e geomorfológicas específicas de cada sub-região. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto à formação da economia do sertão nordestino, com ênfase na atividade pecuária na construção da sociedade sertaneja, e de sua estreita relação com o centro de poder político, desde suas origens.

Na obra de Manuel Correia de Andrade, tem-se o conceito de “mosaico nordestino”, para descrever o espaço em que se dá a formação histórica da economia daquela região. O Nordeste ocupa mais de 18% do território nacional. É uma região que concentra quase 30% da população brasileira. Apesar de apresentar uma abundância em recursos naturais que se ressalta mesmo em um país tão diversamente rico como o Brasil, em função de aspectos que Andrade busca na História e Geografia, o Nordeste é uma região que após cinco séculos, permanece subdesenvolvida.

Além do caráter extensivo das atividades econômicas produtivas, as condições de exploração e sujeição da massa trabalhadora nordestina consistem elemento determinante das características de atraso e subdesenvolvimento que a região ainda apresenta em vastas áreas de seu território. É no reconhecimento dessas relações de produção que Manuel Correia de Andrade confere movimento à paisagem altamente diversificada do “mosaico nordestino”.

A criação do Nordeste como unidade geográfico-política data de 1941, da parte do IBGE, que, durante o Estado Novo (1937 – 1945), dividiu o então chamado “Norte”, integrando os Estados do Maranhão, Ceará e Piauí, aos estados do leste, formando os nove estados da Região Nordeste. Essa concepção não foi gratuita. Com ela, buscava-se discriminar os Estados que, em seu interior, no sertão, sofriam do terrível castigo das secas, formando o famigerado “polígono das secas”, que, desde a metade do século XIX, apareciam nas crônicas sobre as dificuldades de

interiorização da ocupação do território, apresentando não apenas a aridez das condições físicas encontradas, mas também a inviabilidade econômica da região. Foi justamente contra essa concepção que Manuel Correia de Andrade contrapôs a ideia de *mosaico*, mostrando o Nordeste como uma região muito mais diversificada do que se queria apresentar, sendo os problemas encontrados para o desenvolvimento resultantes da estruturação de relações sociais produtivas de caráter arcaico e exploratório, as quais recendiam à escravidão e exploração extensiva e irresponsável do meio ambiente estabelecidas desde a Colônia.

Transitando com desenvoltura entre várias áreas – Geografia, História, Economia, Sociologia – e em seus interstícios, o autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*, à maneira de Josué de Castro e da tradição de pensadores brasileiros de sua geração (Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, e outros) buscou, ao longo de sua vida acadêmica, a explicação de um problema de solução necessariamente multidisciplinar: o subdesenvolvimento e a pobreza, presentes em um país naturalmente rico como o Brasil. Para tanto, e é provável que pelo uso de multidisciplinaridade, Manuel Correia de Andrade também não se limitou a aplicar os esquemas interpretativos importados das metrópoles de ocasião, colocando o entendimento objetivo da realidade regional antes de um ajuste mais próximo aos espelhos de análise dos esquemas teóricos que utilizou, como na tradição de vários pensadores brasileiros, servindo-se deles antes de a eles servir.

Desde os anos 1940, quando a discussão sobre a formação econômica do Brasil ganhou, graças à contribuição de Roberto Simonsen em sua visão de ciclos produtivos em *História Econômica do Brasil*, o estudo das características das atividades que relacionavam-se com aquelas que consistiam o carro-chefe das exportações evoluiu da mera descrição de procedimentos, escalas e rotas referentes ao manejo destas, para sua integração no conjunto de relações pertinentes à estrutura e dinâmica do ciclo produtivo como um todo. Mais do que se ter uma imagem da pecuária, exemplo destas notas, passou-se a buscar um entendimento do papel da pecuária dentro de uma economia dinamicamente voltada para a exportação de outro bem (açúcar, café, etc). Manuel Correia de Andrade, que iniciou sua contribuição a esse debate também nos anos 1940, é um partícipe mais do que legítimo desse grupo. Manuel Correia de

Andrade buscou entender o papel da pecuária nordestina na expansão da ocupação do território rumo ao sertão, estabelecendo não apenas relações resultantes de atividades reflexas à cultura da cana, mas novas formas de lidar com os recursos de capital e trabalho disponíveis. Nessa trilha, Andrade encontrou não apenas resultados empíricos interessantes, muitos dos quais contribuíram para análises mais amplas da formação econômica do Brasil, mas também o seu próprio entendimento da formação econômica nordestina, sobretudo do papel da pecuária, caracterizada de forma única, adequada e precisa por ele como *ultra intensiva*.

Estas notas encontram-se organizadas sob a seguinte apresentação: a esta introdução segue uma seção sobre o desbravamento do sertão nordestino no período de colonização; a seguir, aborda-se o sistema de criação de gado e suas relações de trabalho; algumas considerações finais são apresentadas ao final.

2. O Desbravamento do Sertão Nordestino no Período de Colonização

A região conhecida como sertão possui o clima mais hostil à presença humana do nordeste, o semi-árido. As primeiras tentativas de colonização da região partiram de Salvador e Olinda com a premissa de buscar minas de metais preciosos e riquezas naturais no interior baiano e pernambucano³. Entretanto foi a atividade criadora de insumos para o abastecimento da cultura canavieira que veio a predominar no sertão, essa atividade foi a criação de animais de força motriz, principalmente bois e cavalos, que eram vendidos para os engenhos do litoral e da zona da mata.

“A penetração para o sertão, iniciada no século XVI, visava produzir os animais de trabalho e a alimentação para a população que se adensava na área canavieira. Era feita por portugueses e mamelucos que não dispunham de recursos econômicos e poder político para se

3 Como se pode observar pelos Regimentos de 1532 e 1548, que estabeleceram, respectivamente, as Capitanias Hereditárias e o Governo Geral na colônia.

estabelecerem como senhores de engenho.”(ANDRADE, 1988. p.31)

Ao analisar a expansão do território colonizado é importante denotar o impacto que tal processo teve sobre aquele que já habitavam os espaços englobados, no caso do sertão nordestino as áreas mais férteis eram ocupadas por diversas tribos que foram massacradas, escravizadas ou assimiladas aos povoados coloniais nascentes.

Uma visão diferenciada à de Manuel Correia de Andrade sobre o processo e formação do atual complexo nordestino é a de Celso Furtado, que atribui a um processo de concorrência pelas terras litorâneas, o fator decisivo do deslocamento para as regiões do agreste e do sertão. Assim o autor discorre:

“Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea”(FURTADO,C. 2007. p.96)

Dessa forma, está no caráter competitivo a diferenciação entre a visão de Manuel Correia de Andrade e Celso Furtado, tendo grandes similaridade quanto a mão de obra empregada, sendo essa predominantemente assalariada, com difícil implementação de mão de obra escrava. Além disso Furtado utiliza-se das noções de oferta e demanda para descrever uma atividade com ampla capacidade de apropriação de terras e que dependia fortemente da demanda dos centros exportadores de açúcar.

Nesse particular aspecto, Manuel Correia de Andrade descola-se da historiografia econômica brasileira tradicional sobre o período, caracterizada pela descrição de Roberto Simonsen de um processo de ocupação do interior nordestino visto a partir das dificuldades dos vaqueiros em implantar a cultura de gado, frente a resistência indígena (SIMONSEN, 2005: 200).

Os índios que habitavam as terras no sertão do Maranhão, Piauí, Ceará e do oriente do Tocantins tiveram de adentrar cada vez mais no sertão, sendo forçados a ficar com as terras menos férteis e mais vulneráveis à seca quase permanente. À medida que os posseiros foram tomando as terras, implantando o cultivo do gado, ampliaram-se as tensões com os povos nativos, tensões essas que culminaram na Guerra dos Bárbaros (1688 - 1713), eliminando vários povos. O confronto tomou tal tamanho que atrairia a atenção dos bandeirantes, os quais foram de significativa influência na derrota das tribos e na escravização dos índios remanescentes. Quanto ao processo de tomada das terras do sertão indígena, Manuel Correia de Andrade aponta:

“Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casa, levantava currais e pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d’água durante quase todo o ano.” (ANDRADE, 1963. p.178)

A necessidade de consolidação da posse sobre o território da parte da coroa portuguesa durante o processo de colonização parece ter sido o elemento chave da origem e fortalecimento da classe dos grandes latifundiários, capazes de movimentar recursos suficientes para garantir o território da colônia portuguesa. O grande latifundiário, dono de vastas extensões de terra do sertão, teve sua posição solidificada no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX através dos benefícios e incentivos à ocupação e exploração das terras trazidos por uma estrutura de relações sociais arcaicas, estabelecendo uma rígida dominação sobre os verdadeiros desbravadores do território. À margem da concentração dos meios produtivos nos grandes latifundiários, foram-se

formando pequenas sociedades marginais de posseiros e vaqueiros, que adentraram cada vez mais na inóspita vegetação da caatinga, constituindo a vanguarda de uma sociedade desigual que abriu os caminhos do sertão para a chegada dos senhores de terras. Com relação aos grandes latifundiários, Manuel Correia de Andrade expõe:

“Garcia d’Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía Tatuapera – a famosa casa Tôrre -, embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e desde então o governo de Tomé de Souza, trataram de conseguir doações de terra, sesmarias, que cada vez mais penetravam o sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançar o Rio São Francisco.”(ANDRADE, 1963. p.177)

Na maioria dos casos, os proprietários das terras viviam nas cidades do sertão, envolvidos em atividades comerciais, enquanto as fazendas era administradas por seus vaqueiros. Os fazendeiros proprietários das terras tinham a função de, durante os períodos de chuva, fiscalizar o trabalho dos vaqueiros e corrigir quaisquer irregularidades.

Com a virada do século XVII para o XVIII, as grandes sesmarias tomaram os sertões da Bahia e de Pernambuco, incluindo a parte ocidental do que é hoje o estado de Alagoas. É no interior do território de influência das sesmarias que surgiu uma característica da sociedade sertaneja que ainda nos dias atuais pode ser encontrada, mesmo que em menores proporções devido ao processo do êxodo rural: as atividades econômicas esporádicas voltadas ao autoconsumo. Manuel Correia de Andrade, em sua famosa obra *A Terra e o Homem no Nordeste*, aponta a produção de couro e leite para o consumo interno como um dos traços característicos da população sertaneja, sendo isso devido as grandes distâncias e à escassez de outros produtos que não aqueles derivados do gado bovino, suíno e caprino. O autor discorre sobre as características da sociedade sertaneja do século XVIII da seguinte maneira:

“Nestes sertões desenvolveu-se uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os “sitios” que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendadas a 10 mil-réis por ano aos posseiros. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades.” (ANDRADE, 1963. p.180)

Mesmo nessa sociedade afastada de vaqueiros e posseiros, a influência dos poderes governamentais tinha grande força para a formação e estabelecimento das relações sociais de produção. Não é à toa que as principais atividades desenvolvidas na época eram subprodutos da pecuária, tendo em vista que essa tinha uma função complementar para com as regiões primário-exportadoras. Assim, criou-se um modelo de crescimento dependente, cujas atividades do interior do nordeste seguiam as tendências dos proprietários das terras. Essa é outra ocasião em que a metodologia de Manuel Correia de Andrade o afasta da interpretação até então tradicional, que atribuía a supremacia do sul na questão do manejo de gado bovino a fatores quase exclusivamente físicos (SIMONSEN, 2005, p. 204.). Manuel Correia de Andrade está em condições de ir além do determinismo geográfico e o faz.

Em meados do século XVIII, o sistema produtivo centrado na cana do litoral e na pecuária teve de lidar com a possibilidade de substituição por uma atividade alternativa. O algodão que se fazia necessário como matéria-prima para indústria têxtil passou a ser cultivado no sertão, limitando a área que seria utilizada para os pastos. Embora o algodão cultivado durante a primeira revolução indústria tenha restringido a pecuária essa cultura também gerou economias de *spill-over* no sendo que o “restolho” das lavouras era utilizado para alimentação do gado, fator esse associado ao fato de que os criadores dos animais eram também os cultivadores do algodão trazia benefícios a ambas as culturas.

A alteração fundamental da nova cultura de cultivo do algodão ocorreu no âmbito da estrutura socioeconômica do sertão nordestino, que reduzira a dependência da pecuária junto à agroindústria canavieira, diversificando a produção de gêneros agrícolas na caatinga, dando impulso ao cultivo de feijão, milho e mandioca, além de atrair um contingente de trabalhadores que, embora focados no cultivo do algodão, iniciaram pequenos focos da agricultura familiar característico da região até a década de 1980.

Na análise da formação das estruturas produtivas e sociais do sertão, deve-se levar em consideração a pequena intensidade do trabalho escravo utilizado, que devido às condições ambientais, aos grandes custos de transporte e à baixa produtividade das terras, não foi plenamente empregado na região durante o período colonial, sendo que o trabalho assalariado fora o escolhido para a expansão da pecuária extensiva por dentro do sertão. Quanto à não aplicação do trabalho assalariado no sertão, Manuel Correia explicita:

“(...) Numa área em que quase a cada decênio havia uma grande seca dizimando o gado e provocando a migração dos proprietários mais sólidos, não poderia dar bons resultados o emprego de grandes cadeias de escravos. (...)” (ANDRADE. M. 1963, p. 178)

Dessa forma, o “imperialismo⁴” da cana-de-açúcar, característico da economia nordestina até o início do século XX, fez uso de uma relação de dependência da principal atividade econômica realizada no sertão para criar um vínculo de “serventia⁵” dos interesses da maior região abrangida no nordeste - o sertão - com os interesses das atividades financiadoras e estruturantes da hierarquia de classes dividida não somente por nível de renda, mas também por localização geográfica.

4 O termo é amplamente utilizado por Manuel Correia de Andrade em *A Terra e o Homem no Nordeste*.

5 Idem nota 4.

Durante o desenvolvimento da economia nordestina nos últimos cinco séculos, as mudanças na estrutura social de produção do nordeste têm ocorrido geralmente de maneira conjuntural, de forma que somente destaca-se de maneira acentuada a ampliação do trabalho assalariado decorrida no século XIX e início do século XX. Entretanto, essa mudança na estrutura ocorreu de forma a manter as bases de dependência intactas, e teria caráter reacionário a uma tendência que não somente vinha do nível nacional, como também do internacional, com as dificuldades impostas ao tráfico negreiro. Nesse sentido, Manuel Correia de Andrade põe em xeque duas das principais matrizes externas de pensamento social incorporadas à intelectualidade brasileira na apresentação de explicações para a existência e funcionamento de tal estrutura social reacionária e perpetuada no tempo:

“Ao se analisar as estruturas sociais nordestinas torna-se difícil enquadrá-las, com uma certa rigidez, nos padrões clássicos marxistas ou weberianos”(ANDRADE, M: 1993, p.25)

Essa citação de Andrade mostra, em um primeiro momento, que sua prioridade de entendimento estabelecia a necessidade observação da realidade antes da formulação de sua explicação, antecedendo à teoria a empiria.

Por outro lado, uma das características a que Manuel Correia de Andrade chamaria a atenção para a necessidade de reflexão independente e interdisciplinar seria justamente a relação dessas estruturas com os poderes vigentes. Esse seria um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento do Nordeste tornando ao mesmo tempo necessária e de maneira crescente a participação do Estado, na forma de reforma agrária e inclusão social que confira a oportunidade de superação da dependência, para que se possa realizar a quebra do ciclo de perpetuação do subdesenvolvimento.

3. O Sistema de Criação da Pecuária no Sertão

A pecuária e agricultura de subsistência são praticadas nas serras e na caatinga do sertão, de forma que durante o período de chuvas, o gado pasta na caatinga para aproveitar-se da

abundancia das pastagens. Ao mesmo tempo, é realizado o cultivo de gêneros agrícolas diversos nas serras. Com a chegada das secas, o gado é levado às serras para pastar o resquício da produção agrícola. A forma a qual é configurado o sistema de criação da pecuária no sertão nordestino é denominado *ultra extensivo em campo aberto* com migrações sazonais. Manuel Correia de Andrade assim o conceitua:

“O sistema ultra-extensivo em campo aberto é aquele dominante nas áreas subpovoadas, de pastagem pobres e em que a terra não é apropriada individualmente, ou o é, mas tem pouco valor. O gado tem aí uma grande facilidade de adaptação ao meio, geralmente hostil, e dá um baixo rendimento.”(ANDRADE,1976, P.208)

Dentro desse sistema de criação, o gado predominantemente híbrido alcançado através do cruzamento entre os bois descendentes da antiga linha colonial do tipo crioulo e o posteriormente introduzido zebu, acaba perdendo valor, o que se intensifica pelo efeito de secas prolongadas. Entretanto, é da herança colonial que surgem as principais barreiras à superação desse cenário, sendo que a resistência a mudança das estruturas das relações sociais de produção quanto ao tipo de gado, que no caso é um tipo cuja carne é mais dura e de menor qualidade, e do processo de criação em si, que visa o menor investimento possível para criar os animais de forma extensiva e de baixa rentabilidade. Além disso, as jornadas que os animais fazem durante o processo de criação representam risco, por expor o rebanho ao ambiente hostil da caatinga.

Os longos caminhos de gado que iam desde o Maranhão passando pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, até Olinda, ou cruzavam o Piauí, rumo a Salvador, foram de fundamental importância para o povoamento da região, sendo que esses criaram uma rede de atividade complementar à da agricultura canavieira, de modo a transferir parte do excedente populacional, e garantiu o suprimento de matéria prima lavoura açucareira. A Figura 1. a seguir, mostra as principais trajetórias do gado.

Figura 1. Caminhos do gado para Olinda e Recife



Fonte: ANDRADE. M. 1963, p. 179

O mapa acima ilustra a forma e abrangência da rede de atividades voltadas à pecuária, com foco centralizador em Olinda e Recife, dispersando-se por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, no sentido da interiorização pelo oeste. Manuel Correia de Andrade dá à pecuária grande valor por ter sido uma atividade capaz de empregar a população excluída das sociedades canaveiras:

“(…)Foi a pecuária quem conquistou para o nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agro-indústria do

açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carreou para o sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que por suas condições econômicas e psicológicas não puderam integrar-se na famosa civilização da “casa-grande” e da “senzala.” (ANDRADE, 1963. p.183)

Nesse sentido, Manuel Correia de Andrade muda a perspectiva da interiorização da ocupação do Nordeste brasileiro do lugar originalmente consolidado por Roberto Simonsen, em sua *História Econômica do Brasil*, nesse quesito fortemente influenciada pela visão idílica de Oliveira Viana sobre a motivação de tais deslocamentos. Manuel Correia de Andrade os coloca sob uma motivação mais plausível do que o “espírito aventureiro” ou “desejo de fortuna”, edulcorantes da visão de Oliveira Viana sobre o vaqueiro: é a simples inadaptação a uma sociedade canavieira de pouquíssimas opções, associada à necessidade material que acompanha a pobreza dos marginalizados sociais.

É importante ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela pecuária não se dão exclusivamente devido à seca prolongada, sendo característicos da região os longos períodos de secas que eliminam grande parte da produção. Há, sobretudo, falta de comprometimento social com investimentos de infraestrutura e inclusão social capazes de abastecer a região, beneficiando assim as atividades litorâneas que utilizam-se da mão de obra vinda do sertão. De acordo com Manuel Correia de Andrade:

“Estes trabalhadores prestando serviços por todo o dia, às vezes em jornadas que se estendem por mais de dez horas de trabalho, percebem diárias de acordo com a especialidade e a produção de cada um. Salários que não lhes podem dar condições de existência, mesmo modestas. A contribuição das lavouras de subsistência à manutenção dos moradores, tão salientada pelos apologistas da atual estrutura social do campo no nordeste, é quase insignificante(...)”(ANDRADE, 1963. p.202)

Portanto, percebe-se que dentro de uma das regiões mais prejudicadas pelo meio ambiente, caracteriza-se a exploração de uma mão de obra em situação de miséria com grandes jornadas de trabalho que não geram renda suficiente para o trabalhador que lhe dê capacidade de subsistir, forçando muitos a migrarem para as áreas litorâneas ou para outras regiões, em época de secas prolongadas esse processo se dá de maneira acentuada, o que leva à ampliação do processo do êxodo rural.

Com o surgimento das usinas de açúcar e do aprimoramento do cultivos da cana, tornou-se possível o aproveitamento da área dos tabuleiros. Isso teve repercussões sobre os estabelecimentos agrícolas e principalmente sobre a pecuária, que até meados do século XX dominavam a região.

Ao avançar a cultura canavieira para as terras dos tabuleiros, a pecuária passou a ser expulsa para as hinterlândia do sertão, englobando espaços que, por terem vegetação mais escassa e períodos de secas mais longos, tendem a diminuir a produtividade dos animais. Um exemplo disso é o caso do estado de Alagoas que *“a pecuária não tem, na parte meridional das Alagoas, a importância que teve no passado”*(ANDRADE,2010. p. 71). No agreste do estado de Alagoas, o gado é criado com intuito de complementar a cultura canavieira, ocupando áreas não utilizadas no cultivo da cana e na produção de estrume para o plantio.

A mão de obra empregada no sistema de criação de gado do sertão nordestino tornou-se predominantemente assalariada. Entretanto, até meados do século XX, a pecuária utilizava-se de um sistema de trabalho em que o vaqueiro era a figura central, que administrava as fazendas com a criação e transporte dos rebanhos, como sua função principal.

Esses vaqueiros eram remunerados com uma “quartição” do rebanho, ou seja, esses recebiam 25% dos bezerros produzidos na fazenda. Manuel Correia de Andrade, ao descrever a vida dos vaqueiros na fazenda, aponta ao fato de que, apesar da aparência de tranquilidade da criação em um sistema ultra extensivo, pela simples noção de criação dos animais em campo aberto com pouca interferência, isso não é verdade. De fato, o trabalho de um vaqueiro é árduo.

Andrade discorre, conferindo uma estocada final na visão idílica de Roberto Simonsen, influenciado por Oliveira Viana, a respeito da rotina do vaqueiro⁶:

“Parece à primeira vista que o gado criado sôlto, à lei da natureza, permite ao vaqueiro uma vida morigerada, de pouco trabalho,êste, porém, é árduo e contínuo. Passa o vaqueiro grande parte do tempo montado a cavalo percorrendo a fazenda, fiscalizando as pastagens, as cêrcas e as aguadas. Nas migrações, conduz o gado a lugares distantes na ida e no regresso visitando-o algumas vêzes durante o “refrigério” para informas-se do estado do rebanho. No “inverso, com o gado recolhido às “mangas”, reúne os bezerros à tarde para que durmam presos, e ordenha as vacas pela manhã. Sua família se encarrega da fabricação por processos rotineiros, do queijo e da coalhada. Neste período é que êles cuidam da reconstrução das cêrcas e currais; zelam pouco pela casa de taipa onde residem principalmente depois que o proprietário eliminou a “quartiação”, pois o pagamento em moeda é considerado pelo vaqueiro como um esbulho parcial do seu salário.” (ANDRADE, 1963. P.197)

Pode se perceber claramente o quão desigual o sistema de criação da pecuária sertaneja é com uma mão de obra sobre-explorada, vivendo em situação de miséria e, acima de tudo, alienada quanto ao valor de seu próprio trabalho.

Embora as colocações do autor sejam postas para a sociedade de meados do século XX, e tenha-se visto significativos avanços das técnicas de manejo e criação de gado nas últimas duas décadas, ainda é característica da pecuária sertaneja a intensa exploração do trabalhador, sem que se empregue o volume propício de investimento e de aprimoramento para garantir um grau de dinamismo econômico que torne a pecuária atividade tão significativa para o desenvolvimento da moderna economia nordestina como foi para o desbravamento do sertão colonial. Tais aspectos, levantados primeiramente por Manuel Correia de Andrade a respeito da exploração dos trabalhadores seriam incorporados à visão de autores como Caio Prado Junior⁷, por exemplo.

6 SIMONSEN, 2005, p. 198.

7 Vide PRADO JUNIOR, 1985 cap. 5 e 8.

4. Algumas Considerações

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o passo adiante na interpretação do problema da pecuária nordestina que a obra de Manuel Correia de Andrade confere à historiografia econômica nordestina. Ao também fazer uso da Geografia, mas de uma maneira mais crítica e sob uma teoria mais consistente, Andrade não apenas confere maior detalhe à vista não apenas dos cronistas coloniais e da monarquia, mas também de observadores muito bem informados da realidade brasileira, como Roberto Simonsen, Caio Prado Junior e Celso Furtado, com suas obras clássicas.

Outro passo importante é a caracterização da atividade pecuária na ocupação do sertão nordestino como um sistema “ultra extensivo em campo aberto”, enquadrando as características da atividade em si, utilizada não apenas para o aproveitamento de seu produto, mas também para a expansão da posse por sobre o território brasileiro, incorporando de maneira mais refletida as características humanas e econômicas da geoeconomia do tema. Essa caracterização é original e precisa e constitui uma importante contribuição de Manuel Correia de Andrade ao entendimento do assunto.

A pecuária sertaneja parece ter nascido para preencher as lacunas que a cultura canaveira não contemplou, inicialmente tendo duas funções primordiais: (1) abastecer os centros litorâneos com animais para força motriz; e (2) ocupar o espaço que não poderia ser abrangido pela principal atividade exportadora. Isso posto, a pecuária era e ainda é uma atividade dependente da demanda por insumos, criando assim uma estrutura de dependência que exerce forte influência sobre a configuração da própria atividade e de suas relações sociais produtivas.

A ultra extensividade, associada ao caráter sazonal, parecem condenar o produto da pecuária ao consumo intraregional, e mesmo ao autoconsumo. Ainda que, a princípio, o objetivo de tais atividades seja, em primeiro lugar, justamente o abastecimento interno, chama a atenção o emprego de extensões largas de terra e o uso de mão de obra, reses, recursos naturais e tempo em uma atividade de baixíssima produtividade a qual, ainda hoje, graças à força do aprendizado

tradicionalista, reproduz atividades que têm como consequência a própria condição menor da atividade de criação de gado. Hoje não mais se faz se necessária a ocupação de território em caráter extensivo por gado, a menos que se fale em grilagem.

Contudo, a necessidade de concentrar-se a terra da parte da classe proprietária dos meios produtivos, os latifundiários, faz com que não apenas duas culturas sofram em sua produtividade – a pecuária e a própria agricultura – mas o próprio desenvolvimento da região se torna atrofiado, caracterizando o atraso econômico das estruturas arcaicas que sustentam a economia do sertão nordestino. Seriam esses os gargalos impostos por um conjunto de características herdadas do período de formação e expansão da pecuária pelo sertão, que faz com que seja difícil superar os problemas sociais e econômicos da região.

A solução para tais impasses apresentada por Manuel Correia de Andrade, em sua época – a saber Reforma Agrária e desconcentração da posse dos meios produtivos – ainda hoje parece ser a mais adequada à resolução do problema do subdesenvolvimento regional. Como na época, o problema político, reflexo e causa das condições estruturais de produção, persiste.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. A.: *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição 2004(1995)
- ANDRADE, M. C. A.: *Geografia Econômica*. São Paulo: Atlas, 5ª. Edição, 1976(1973)
- ANDRADE, M. C. A.: *O Nordeste e a Questão Regional*. São Paulo: Ática, 1988
- ANDRADE, M. C. A.: *Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental, os Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel*. Maceió: Edufal, 2ª Edição, 2010 (1959)
- ANDRADE, M. C. A.: *Usinas e Destilarias das Alagoas, uma Contribuição ao Estudo da Produção do Estado*. Maceió: Edufal, 2ª. Edição. 2010(1997), P. 69-80
- ANDRADE, M. C.: *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963
- FURTADO, C.: *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007(1959).
- PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 9ª. Edição, 1985 (1945).
- SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil: 1500 – 1820*. Brasília: Senado Federal, 2005 (1941).